

A AVALIAÇÃO NOS DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO CURRICULAR: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS AVALIATIVAS PARA A ESCOLA

Michele Vanessa dos Santos¹
Isabella Barbosa de Luna²
Ruanny Fabiola Campos de Souza³

RESUMO

Mensurar a aprendizagem é algo complexo e requer do avaliador conhecimentos e abordagens cada vez mais flexíveis, para isso o acompanhamento e interação com os discentes se fazem extremamente necessários. As discussões sobre currículo e práticas pedagógicas tornaram-se frequente em nossa sociedade nos últimos anos, se o currículo muda, as práxis e a forma de avaliar também devem acompanhar essas mudanças. Assim, pretendemos com esse trabalho apresentar algumas dificuldade e empecilhos no cotidianos dos profissionais de educação e abordar como os mesmo tem agido para driblar esses problemas. Acreditando que a escola é um lugar de formar seres autônomos e críticos, então como usar esse mecanismo de forma satisfatória afim de contribuir nas práticas pedagógicas?

Palavras-chave: avaliação, aprendizagem, currículo

INTRODUÇÃO

A avaliação é indispensável no processo de aprendizagem dos educandos, pois é através dela que o professor poderá identificar se houve ou não uma assimilação satisfatória do conteúdo. Esse instrumento permite que o professor verifique uma série de questões que podem influenciar no processo, por exemplo, se os conteúdos abordados foram compreendidos pelos alunos, se sua metodologia está atendendo as necessidades da turma, pois não há turmas homogenias, se os conteúdos que estão sendo trabalhados tem valor significativos para os estudantes entre outros.

Entretanto, há diferentes formas de se avaliar um aluno, os diferentes métodos avaliativos fazem parte do cotidianos de muitas salas de aula e apesar de termos orientações “padronizadas” para isso é na pratica que vamos perceber que muito do que consta nos

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPE, michele_vsantos@hotmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPE, belaesimba@hotmail.com;

³ Pós-graduanda em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPE, ruannycampos@gmail.com;

documentos norteadores da área de educação são bem diferentes quanto a sua aplicação. Isso acontece por motivos diversos, desde a prática do professor até questões políticas econômicas e sociais. Nosso objetivo é analisar essas possibilidades e buscar compreender como o processo de avaliação pode ajudar ao invés de excluir o aluno dentro das instituições de ensino, pois

A discussão não é tecida em um território de fácil acesso tendo em vista que a avaliação é um campo de especificidade conceitual, tem saberes construídos na formação e nas práticas dos professores, e mais ainda, vem se construindo como um universo plural que é permeado de preocupações, de inquietações e de incertezas em várias dimensões. (CRUZ, 2010, P.133)

Devido a essa pluralidade existente é que se torna cada vez mais necessário abordar o tema. Nos últimos anos o currículo escolar tem sofrido constantes transformações, isso porque sempre haverá questões sobre: o que ensinar, para que ensinar e como ensinar? As necessidades da sociedade se transformam o tempo todo e para atender essa demanda sempre tão emergente se faz necessário que o currículo seja adaptado e reavaliado para não ficar obsoleto. Mas e a avaliação? A avaliação também. Aliás ela também pode ser classificada como prova ou exame avaliativo a nomenclatura muda, mas o objetivo é o mesmo, avaliar se o aluno aprendeu o que lhe foi ensinado.

O caráter excludente que os mecanismos de avaliação ainda carregam é algo que deve ser questionado, se a proposta educacional é ter uma educação inclusiva e focada na formação integral do ser como fazer isso utilizando recursos avaliativos que andam na contra mão dessa ideia? Tomando por base alguns documentos oficiais da educação brasileira, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a nova Base Nacional Comum Curricular, pretendemos compreender um pouco desse cenário e como se dá o processo de avaliação das aprendizagens no Ensino Fundamental I, uma vez que: “A tomada de posição em relação às finalidades do ensino, relacionada a um modelo centrado na formação integral da pessoa, implica mudanças fundamentais, especialmente nos conteúdos e no sentido da avaliação.” (ZABALA, 1998, P. 198). Sendo assim um modelo de avaliação onde o que importa é a pontuação atingida pelo estudante visando apenas uma classificação não atende mais as necessidades da população onde o que se espera são seres autônomos, críticos e atuantes em nossa sociedade.

METODOLOGIA

Avaliar o desenvolvimento e aprendizagem de uma criança não é um trabalho fácil e constitui-se um desafio. Segundo Zabala (1998) é possível encontrar definições de avaliação bastante diferentes e, em muitos casos, bastante ambíguas, cujos sujeitos e objetos de estudo aparecem de maneira confusa e indeterminada. Dessa forma devemos refletir sobre o papel da avaliação no processo de ensino e aprendizagem e como queremos aplica-la em sala de aula de modo que contribuam no processo de aprendizagem dos educandos.

Isto significa dizer que no campo da avaliação, a discussão paradigmática tem sido recorrente, considerando-se que as concepções científicas, muitas vezes, se antagonizam com o que é vivido na prática escolar dos professores. Ou seja, as paradigmas apresentam modelos prescritivos e descritivos em reação ao que os avaliadores fazem ou prescrevem quando avaliam e, nesta modelagem exemplar, enfatizam diferentes categorias, metodologias, aspectos valorativos e funcionalidades. (CRUZ, 2010, P.136)

Portanto, nosso trabalho visa discutir alguns desse modelos e sua utilização na prática cotidiana de professores do ensino fundamental I. A primeira parte da pesquisa norteia-se através da busca pela fundamentação nos documentos da Base Nacional Comum Curricular, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica quanto a sua aplicação em sala de aula além de um levantamento bibliográfico que possibilitou melhor compreensão da pesquisa.

No segundo momento apresentaremos dados de uma pesquisa realizada com professores do ensino fundamental I, na qual foi abordada questões sobre suas práticas pedagógicas e avaliativas a fim de explorar como se concretizam as orientações dos documentos analisados. Por fim, faremos uma análise dos dados colhidos em pesquisa com os documentos analisados a fim de proporcionar uma visão mais ampla sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO

Falar de currículo e avaliação tem se tornado algo frequente em nossa sociedade, o tema currículo tem aparecido nos últimos anos em diversos debates no meio educacional, isso porque é através dele que será realizada a formação de milhares de estudantes. Será por meio da organização dos conteúdos que as escolas ensinarão para seus alunos o que eles precisam aprender, e será com base nesse ensinamento que os alunos serão avaliados.

No entanto, para falar de currículo precisamos aqui identificar algumas questões relevantes.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23 *apud* JESUS, 2008, 2639)

Segundo HADADD (2000) Ao longo dos anos a educação deixou de ter apenas um papel pedagógico de ensino e aprendizagem e passou a ser também referencial de condição política, logo, quando falamos de currículo temos que nos atentar a uma série de questões que envolvem esse debate, nosso objetivo maior é compreender como professores do ensino básico, fundamental I, lidam com esse currículo e avaliam seus alunos com base nos parâmetros estabelecidos.

A Lei de nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que trata da organização educacional do Estado brasileiro versa sobre o tema em alguns de seus artigos, como no artigo 9º “A União incumbir-se-á de: inciso IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”. (BRASIL, 1996). Desta forma os conteúdos são frequentemente atualizados de acordo com o quadro sociopolítico, cultural e econômico vigente.

Atendendo a essa determinação foram criados subsídios para criação das Diretrizes Curriculares da Educação Básica que passariam a nortear o sistema de ensino nacional conforme orientação da LDB/96, sendo assim foi aprovado o Parecer CEB nº 04/98; Res. CEB nº 2/98 que direcionava a educação fundamental brasileira, passado onze anos da criação desse parecer se fez necessário uma atualização dessas diretrizes e em junho de 2009 o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica e a Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica perceberam a necessidade de atualização e revisão dessas diretrizes para propor uma educação mais integrada e focada nos dias atuais, os documentos visam também assegurar uma educação igualitária e de qualidade para todos.

De acordo com o item 2.5.1.2 do ensino fundamental as Diretrizes Curriculares de 2013 preveem que a o sistema educacional deve proporcionar ao educando: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (BRASIL, 2013, p.38) mais adiante no item 2.6.1 que trata sobre o projeto político-pedagógico e o regimento escolar a referida lei cita que:

Nele, devem ser previstas as prioridades institucionais que a identificam. Além de se observar tais critérios e compromisso, deve-se definir o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas pela unidade escolar, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a articulação orgânica daquelas etapas. [...] o projeto político-pedagógico deve constituir-se: IV – de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos resultantes das avaliações em rede nacional e outras; pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

Assim, podemos identificar a necessidade do sistema de quantificar e atribuir classificação às escolas e alunos nelas inseridos. Porém o método avaliativo que permite apenas classificar um aluno conforme sua capacidade de responder ou não uma prova não permite identificar outros aspectos do processo de ensino e aprendizagem, visam apenas extrair dos alunos resposta padronizadas, quantidade de acertos não significa qualidade de ensino, até porque “a atribuição de nota permite fazer um julgamento sobre um certo grau alcançado dentro de um critério particular. Mas restringir o desempenho ou a capacidade de um aluno a um valor - seja número, letra, conceito - indica extremo reducionismo do processo educativo. (MENEGHEL, KREISCH, 2009, p. 9823). Além disso homogeneizar um sistema de ensino é algo preocupante principalmente em um país tão diverso quanto Brasil.

Ainda sobre sistematizar o ensino nas escolas temos um documento bem recente e que engloba todas as fases da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular, que orienta o currículo escolar, propondo padrões e prioridades no que deve ser ensinado aos alunos, provavelmente acreditando que todos aprendem de forma igual. Isso é bastante preocupante uma vez que o processo de aprendizagem é único e significativo para cada aluno, mesmo assim o documento “é referência para que as escolas e os sistemas de ensino elaborem seus currículos,

constituindo-se instrumento de gestão pedagógica das redes.” (BRAIL, 2016, p. 25). Assim, padronizando o ensino, os métodos para aferir o aprendizado surtem mais efeitos tendo em vista que todos devem aprender da mesma forma e que os conhecimentos foram transmitidos de maneira igual para todos. Mas na prática o processo é bem diferente, a realidade das escolas e dos alunos nelas inseridos são muito diferentes segundo Luckesi (2011) a avaliação deve subsidiar ações pra garantir aos educandos uma melhor qualidade de ensino e não tem uma finalidade em si, utilizar esse recurso sem um contexto previamente definido não teria muita utilidade.

Em suma, a avaliação tem sido utilizada de forma equivocada, pois tem sido vista como um instrumento para classificar os alunos, quantificar as escolas que estão tendo êxito quanto à implantação das normas e exigências do Estado, mas não para cumprir sua real função que é ajudar a quebrar barreiras no processo de ensino e aprendizagem. A avaliação utilizada dessa forma apenas serve como um mecanismo de domesticação e exclusão, pois aqueles que não alcançarem o objetivo esperados serão excluídos por não pertencerem ao grupo de sucesso que se adaptou ao sistema gerando assim um problema social, que aliás, já faz parte do cenário brasileiro, os números que apontam a quantidade de jovens a adultos sem escolarização nos comprovam isso a cada instante

A avaliação classificatória pode ser “medida de temperatura” por permitir aos órgãos federais uma visão geral do sistema educativo por meio de provas padronizadas, cujos resultados podem ser analisados em termos do desempenho de grupos específicos. Elas também podem ser “catracas”, determinando o acesso a oportunidades educacionais - como o ingresso em instituições de educação superior. (MENEGHEL, KREISCH, 2009, p.9823)

Mas isso não significa que seja o melhor modelo a ser seguido, que o nosso sistema de ensino precisa de mudanças isso é notório, mas essas mudanças não devem implicar em um modelo burocrático e padronizado onde todos devem seguir um padrão imposto e transformar crianças e jovens em meros transmissores de conhecimentos pré-estabelecidos como necessários para o sucesso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, é importante analisar o entendimento de alguns professores sobre dos documentos analisados. Para melhor entender como esses documentos influenciam o cotidiano e prática dos docentes foram realizadas entrevistas com professores do Ensino Fundamental I, visando elucidar nosso entendimento acerca do tema apresentado. Foram entrevistadas seis professoras da rede pública de ensino que, quando questionadas sobre os documentos, nos deram a seguinte resposta: Sim, conheço, mas não souberam responder com propriedade sobre sua utilidade.

Um das entrevistadas, a qual chamaremos pelo nome fictício de Amanda, fez questão de cita-los para enfatizar sua resposta. “Eu conheço os documentos de Orientação Curricular Nacional, as Diretrizes Curriculares, conheço os Parâmetros, conheço a BCC, que é a base curricular comum.” (Amanda, Entrevista I, [Dez. 2016] Entrevistador: Michele Santos.

Outra questão bastante relevante na fala das entrevistadas foi com relação a importância desses documentos. A entrevistada Fabiola, trouxe na sua fala a importância de respeitar a diversidade dos alunos. Quando questionada se seguia as orientações a mesma respondeu - Sim, pois esses documentos servem como uma base, digamos assim, um ponto de partida para o processo de ensino/aprendizagem. Porém não devem ser considerados como único instrumento norteador, uma vez que nossos alunos são de realidades diversas e muitas vezes necessitam de um trabalho voltado a sua realidade. (Fabiola, Entrevista III, [Nov. 2016] Entrevistador: Ruanny Campos)

As outras entrevistadas apesar de dizerem que conheciam os documentos não se sentiram seguras em expor sua utilidade no cotidiano nas escolas apenas se limitaram a dizer que conheciam, mas que era muito difícil colocar tudo em prática, pois muitas vezes a demanda da escola é grande como afirma a entrevista número 5 “São muitas recomendações e os alunos são muito diferentes, se for fazer tudo que ta lá (se referindo a BCC) a gente não consegue atender outras demandas do dia-a-dia. (Luciana, Entrevista IV, [Nov. 2016] Entrevistador: Isabella Luna.

. Tais informações só reforçam nosso entendimento com relação ao processo de ensino e aprendizagem, além disso a preocupação como esses alunos devem ser avaliados se torna ainda mais delicada, uma vez que se levado em consideração os métodos avaliativos ora mencionados nos documentos citados isso poderá interferir de forma direta na aprendizagem de cada aluno. (Acredito que são necessários para organizar os saberes que a escola deve

ensinar, mas que não precisem interferir ou ditar conteúdos e formas das avaliações.) resposta da professora Fabiola quando questionada sobre a interferência dos documento na avaliação dos alunos

Desta forma, entendemos que os documentos não estão levando em consideração a diversidade existente em nossa sociedade, a fala das entrevistadas retratam a realidade enfrentada por cada professor e a dificuldade de colocar em praticar um plano norteador que não leva em consideração as peculiaridades e realidade de cada escola e aluno. É preocupante quando algo tão importante quanto a educação siga um viés tão regulador e limitador quando na verdade deveria promover a emancipação e valorização dos diferentes saberes promovendo uma educação mais igualitária e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Distante de atender a necessidade de alunos e professores os documentos são mais uma espécie de regra que de suporte, como ficou evidenciado nos discursos dos professores entrevistados. Assim, podemos perceber o quanto ainda precisa ser ajustado no que diz respeito aos documentos e a realidade dos professores, a complexidade do assunto requer maior entendimento e um olhar mais humano para que surtam efeito no cotidiano das milhares de escolas espalhadas pelo Brasil. Criar regras que padronizam o ensino em um país com uma diversidade tão grande quanto o Brasil englobam uma série de questões que devem ser tratadas com atenção.

Independente de questões culturais o processo de ensino e aprendizagem por si só já é único para cada pessoa, mas quando aliado a isso tomam proporções bem maiores. Assim, os conteúdos e os métodos avaliativos também devem ter suas particularidades e ajustes para atender a necessidade de cada aluno. O currículo e os métodos de avaliação devem ser adaptados para proporcionar aos estudantes um maior aproveitamento e focar não apenas em padronização e sim na formação integral do ser para que assim tenhamos uma sociedade mais crítica e consciente dos seus direitos e deveres, focando não apenas em resultados mas superar as barreiras existentes em nossa sociedade promovendo a emancipação de cada estudante.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Fátima Maria Leite. **Avaliação nas aprendizagens: processos de acompanhamentos e práticas propositivas. Teorias e Práticas em avaliação.** Recife: Ed. Universitária, 2010.

ZABALA, Antoni. **A avaliação. A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998. P. 195-221.

HADADD, Sergio e PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos.** Rev. Brasileira de Educação (online). 2000, n. 14, p 108- 130, ISSN 1413 2478

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 12 de jan. 2017.

MENEGHEL, Stela Maria; KREISCH, Cristiane. **Concepções de avaliação e práticas avaliativas na escola: entre possibilidades e dificuldades.** In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. p. 9819-9831. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3393_1920.pdf. Acessado em: 12 de jan. 2017

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional.** São Paulo, SP: PUC, 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf. Acessado em: 15 de jan. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Disponível em: file:///C:/Users/Grautecnico/Desktop/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf. Acessado em: 20 de jan. 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acessado em 25 de jan. 2017.